

OCORRÊNCIAS DE DISCURSO IRÔNICO EM TEXTOS DE MÍDIA IMPRESSA

Jauranice Rodrigues CAVALCANTI (PG – UNICAMP)

Resumo: O discurso jornalístico caracteriza-se pela busca da transparência, da neutralidade. O objetivo é a redução das vozes a uma – a dos acontecimentos que falam por si. Nesse quadro de interdição do dizer, procedimentos como a ironia são desviantes, condenados, já que revelam a presença do enunciador jornalista e pedem a participação do leitor. No entanto, esses recursos aparecem, e não apenas nas páginas “de opinião”. Este trabalho analisa ocorrências de ironia no discurso jornalístico.

Palavras-chave: ironia, ambigüidade, leitor, jornal.

Abstract: The journalistic discourse is characterized by the search of transparency, by the search of neutrality. The objective is reduce the voices to one: the events that ‘speak’ for themselves. In this context, procedures like irony are condemned because reveal subjective marks. However, they appear and not only in pages reserved to opinion articles. This text analyses irony occurrences in the journalistic discourse.

Key words: irony, ambiguity, reader, journal.

0. Introdução

Tomar o discurso jornalístico como objeto de estudo significa enfrentar questões polêmicas como as de língua, sujeito e sentido. Os textos que constituem esse discurso, principalmente os injuntivos como os manuais de redação, defendem um ideal de língua, a transparente, que poderia ver/apreender o mundo sem qualquer intromissão. A essa concepção de língua corresponde a de um sujeito como mero intermediador dos fatos (jornalista) ou decodificador (leitor) e a de um sentido como imanente ao próprio texto, pronto, e não construído na interação. A afirmação (crença) nessa língua desprovida de subjetividade pressupõe a existência de uma outra, a que se deve evitar, capaz de transformar a verdade, de direcionar interpretações. Embora haja lugar para a categoria opinativa, é a noticiosa que merece maior atenção e considerações já que representa o ideal da imprensa, isto é, retratar a “verdade” dos fatos¹. Este trabalho procura discutir a problemática dessa

¹ Para uma discussão do problema da classificação dos gêneros discursivos nos jornais ver Melo (2000).

divisão, textos opinativos, textos noticiosos, a partir de um procedimento que cada vez mais aparece nas páginas dos jornais de referência – a ironia.

1. A ironia, o dizer não-transparente

A preocupação com a clareza e a objetividade do texto é um traço característico do discurso jornalístico. Tanto nos opinativos como nos noticiosos aparecem estratégias que objetivam, além de fechar o texto (não criar problemas de interpretação), criar o efeito de sentido de objetividade (por meio de estatísticas, pesquisas, consensos) A imagem de leitor que emerge desses textos é a daquele que precisa ter sua caminhada interpretativa monitorada todo tempo. Nesse quadro de circunscrição e cerceamento de sentidos, procedimentos caracterizados pela ambigüidade, como a ironia, são condenados, permitidos, com reserva, somente aos que têm autorização de interpretar/opinar: os articulistas.

Em texto jornalístico, dizer algo diferente do que de fato e pensa pode provocar confusão. Não abuse, portanto. Admite-se o recurso, sem restrições, em textos assinados, ou colunas de bastidores. Mesmo assim, requer cautela: nem sempre a ironia que parece óbvia ao autor é compreendida como tal pelo leitor e, em excesso, tende a irritá-lo (Manual de Redação da Folha, 2001).

O verbete citado aparece nas páginas dedicadas à “padronização e estilo – convenções e recomendações para escrever um texto claro”. A preocupação com o leitor, resultado de uma antecipação/avaliação de como seria este (no caso, pouco cooperativo²), faz com que se condenem quaisquer recursos que demandem um trabalho interpretativo, que levem em conta a participação do outro para a construção do sentido pretendido. Essa concepção de sentido como não-imanente (“nem sempre a ironia que parece óbvia ao autor é compreendida como tal pelo leitor”) vai de encontro ao que se afirma possível, a neutralidade da linguagem. Da mesma forma, o leitor passa de mero decodificador a possível intérprete. Já na descrição de como deve ser a prática começam a surgir contradições.

A definição de ironia presente no texto do manual, dizer algo diferente do que se pensa, é a tradicional, a que costuma aparecer em diferentes estudos – como uma antífrase, uma figura de linguagem. Maingueneau (1993) e Brait (1996) apontam a fragilidade dessa definição. Para aquele, a ironia é um fenômeno sutil, difícil de ser circunscrito: “não é possível considerar antifrásticos todos os enunciados que, de hábito, são taxados de irônicos”(p.99); para esta, a ironia deve ser estudada não em termos de frase, mas como um procedimento

² Ver Eco (1979).

intertextual, interdiscursivo. Nessa perspectiva, é possível “flagrar a ironia como categoria estruturadora de texto, cuja forma de construção denuncia um ponto de vista, uma argumentação indireta, que conta com a perspicácia do destinatário para concretizar-se como significação” (p.16). Apresento as considerações dos dois autores que considero relevantes para a discussão que pretendo fazer.

Sem entrar em uma discussão mais detida do fenômeno (“passível de análises divergentes”), Maingueneau descreve-o retomando as reflexões de Ducrot sobre polifonia. Assim, um enunciado irônico seria aquele em que o responsável pelo dito, o locutor, faz ouvir uma outra voz, um outro ponto de vista insustentável. O locutor assume as palavras mas não esse ponto de vista. Essa definição se aproxima da de antífrase, mas a ultrapassa na medida em que leva em conta a situação enunciativa; a descrição e análise não devem se restringir, portanto, ao enunciado, mas levar em conta o(s) enunciator(es), o co-enunciador, ou seja, as condições de produção.

Brait (1996) faz um percurso apontando diferentes concepções sobre a ironia, muitas formuladas em termos de frase, incapazes, portanto, de dar conta de um processo que é discursivo, que se constrói na interação enunciator/enunciatário. Para a autora, a ironia deve ser pensada “como uma estratégia de linguagem que, participando da constituição do discurso como fato histórico e social, mobiliza diferentes vozes, instaura a polifonia, ainda que essa polifonia não signifique, necessariamente, a democratização dos valores veiculados ou criados” (p.15).

Discordando de que seria possível flagrar a ironia apenas em espaços “institucionalizados”, como a poesia, publicidade, teatro, Brait aponta a presença desse processo discursivo em outros tipos de discurso, o jornalístico, principalmente. Mostra que nas primeiras páginas de alguns jornais as informações (elementos verbais) se/quando relacionadas a informações visuais (fotos) instauram uma leitura não-referencial, com efeito de sentido irônico.

Maingueneau ressalta a dificuldade em transcrever a ironia: ao contrário da fala, não é possível recorrer à entonação para identificá-la. O locutor sinaliza, chama a atenção do leitor para o discurso, mostra que este possibilita uma dupla leitura. Observando as páginas da FSP, especificamente no plano verbal, encontramos formas variadas de sinalização. Abaixo aparecem duas ocorrências:

1. “Os comandantes militares encontraram pelo menos um interlocutor na oposição para tratar da questão dos documentos de inteligência (?!) sem trincar cristais nas Forças Armadas” (FSP).

2. “O governador estava em Jundiá, participando de um encontro sobre segurança pública (ora, veja!), quando Sílvio Santos praticamente exigiu a presença dele para avalizar um acordo que garantisse sua liberdade e a vida do seqüestrador” (FSP).

Os sinais (?!) e o comentário (ora, veja), colocados após as expressões de inteligência e sobre segurança pública, sinalizam que tais expressões possibilitam uma outra leitura, diferente da que somente o enunciado manifesta. O locutor ao mesmo tempo que enuncia, mostra que as expressões não são adequadas pois veiculam pontos de vista inaceitáveis, dos quais ele se distancia (os documentos não são de inteligência ou de pessoas que a tenham; não há segurança pública). A ironia é, portanto, um fenômeno polifônico, uma vez que é possível apreender, em enunciações irônicas como as acima, mais de uma voz, mais de um enunciador:

Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação (Ducrot, 1987 p.198).

Como em todo discurso, no irônico o leitor é co-produtor da significação. Ressalte-se que neste há, de forma mais “assumida”, no processo de produção do texto, previsões sobre como este será lido e também a escolha de estratégias para que a convicção, o efeito de proximidade aconteça. Isso porque é importante que o alvo seja atingido, e que o leitor partilhe do mesmo ponto de vista que o locutor, crítico em relação ao da “vítima”, ou seja, que haja formação de consenso. Falar de ironia é, portanto, falar da participação do leitor uma vez que esta “é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada”(Maingueneau, 1993, p.99).

Além dos sinais apresentados, aparecem outros: hipérboles, sic, sinais gráficos. No entanto, a maneira mais recorrente de sinalização de possibilidade de dupla leitura são as aspas. Em “ ‘Inexperiente’ faz Sílvio Santos refém por 7 horas” (31/08/01), uma das manchetes de primeira página do jornal Folha de S. Paulo, as aspas simples em *inexperiente* dão o sinal de que a palavra deve ser lida de forma a recuperar um outro texto, uma outra enunciação³. O exemplo é interessante, pois possibilita a discussão entre as semelhanças entre o funcionamento das aspas e da ironia e entre esta e o discurso citado.

Para Maingueneau (2001), tanto nas aspas como na ironia há “uma espécie de divisão interna da instância da enunciação” (p.178). No caso da primeira, o enunciador usa uma palavra/expressão e aponta para ela, sinalizando que não a assume. No caso da segunda, produz um enunciado que invalida ao mesmo tempo em que fala.

O estudo de Berrendonner (1982), retomado por Brait, permite pensar a ironia no quadro de uma tipologia de discurso reportado. Para esse autor, a ironia se manifesta como uma contradição específica, a de valor argumentativo. O leitor, para percebê-la, precisa observar se o

³ “Evite usar aspas para enfatizar palavras, sobretudo para imprimir tom irônico” (Manual de Redação da FSP).

enunciado contém um fato de discurso reportado, ou/e comparar duas intenções argumentativas rivais. Teríamos, então, um duplo nível de enunciação, ou seja, uma enunciação E1 a propósito de uma outra E2, anterior, que se tenta desconsiderar. Assim, na manchete do jornal temos as aspas com dupla função: além de remeterem ao discurso do outro, a fala da polícia/autoridades (uma marca de alteridade), sinalizam que uma avaliação foi feita sobre esse discurso, que este foi desconsiderado. Além disso, o enunciado da manchete funciona como argumento favorável e como argumento desfavorável à mesma proposição: o seqüestrador é inexperiente, ele não é inexperiente.

A presença de discurso irônico na primeira página de um jornal de referência não é uma ocorrência isolada: “é curioso observar que a instauração de um discurso ambíguo, que pode ser de natureza irônica ou não, acontece com certa frequência nas primeiras páginas de jornais brasileiros, apontando para a possibilidade de um discurso jornalístico informativo colocar sua dominante linguagem referencial e objetiva ao lado de uma ambigüidade expressiva, com vistas ao humor e à crítica sutil em lugares onde esses dois elementos não são esperados” (Brait, p.66). Além disso, o fato de a ironia possibilitar dupla leitura (o enunciado pode ser interpretado em dois planos), de ficar na fronteira “entre o que é assumido e o que é rejeitado”, acaba por não comprometer as normas do discurso jornalístico. Isso porque o efeito de sentido irônico fica por conta do leitor, e não da responsabilidade do jornal.

2. Os textos

Não é apenas no plano verbal que a ironia pode ser flagrada nas páginas de jornais. A interpenetração entre a linguagem visual (fotos, charges, ilustrações) e a verbal propicia a formação de unidades textuais que podem veicular efeitos de sentido irônico. Essa especificidade do plano de expressão do jornal impresso, como esta possibilita construir seqüências discursivas caracterizadas pela ambigüidade, foi muito bem descrita, como já dissemos, por Brait.

A autora analisou manchetes de primeira página, espaço não-autorizado para discursos com marcas de subjetividade. Os textos que selecionamos não são de primeira página nem figuram nas páginas destinadas à “opinião”. Aparecem no espaço reservado às notícias, lugar em que “os fatos devem falar por si”.

Uma das maneiras de apreender a ironia é na tensão entre o “literal” e o “figurado”. É essa tensão que aparece no texto “Saramago azeda a festa; e a esquerda dança”⁴. O título, ligado coesivamente à foto, em que aparecem o prefeito de Porto Alegre e o governador do RS, ambos do PT, de mãos dadas, dançando, instaura a ambigüidade

⁴ Ver anexo 1.

pretendida pelo jornalista. A esquerda dança como indica a foto (se é foto é fato) ou dança (=se dá mal) já que Saramago, nome legitimado, “azeda” (critica) a “festa”?

A existência ou não do sentido literal é uma questão polêmica. O estudo de Searle (“Le sens littéral”, 1979) sobre o sentido literal, retomado por Brait, pode servir de parâmetro para nossa reflexão. Para esse autor, não há sentido independente de contexto, o que vai de encontro à idéia de que o sentido literal seria o de dicionário. “Para a maioria das frases não existe um contexto zero ou nulo para interpretá-las e que, na medida em que nossa competência semântica importa, nós só compreendemos a significação dessas frases com relação a um conjunto de elementos previamente assumidos concernentes ao contexto no qual as frases podem ser enunciadas de maneira apropriada” (Searle, apud Brait, p.77). A afirmação relativiza a idéia de sentido literal: só se pode considerar o sentido em relação ao contexto e àquele que o atribui. Outra observação importante: o “literal” diz respeito ao sentido do enunciado; o figurado (no caso o irônico) diz respeito à dimensão da enunciação. Haveria, assim, uma dissociação entre o que o enunciado manifesta, o sentido literal, e a proposição visada, no nível do implícito.

No caso do exemplo, teríamos do ponto de vista literal, um texto que apresenta os participantes do FSM, a esquerda, dançando na festa de encerramento do evento. Nessa apresentação “referencial”, colada aos fatos/palavras, já se pode apreender um trabalho discursivo para apagar o acontecimento, reduzi-lo a uma “festa” (ver Pêcheux, 1997). O objetivo é direcionar leituras/interpretações: O FSM é uma festa/brincadeira, não é para ser levado a sério. Além disso, há diversas pistas que indicam a possibilidade de uma outra leitura, sob o ponto de vista da enunciação. Além dos elementos presentes na manchete, há outros no corpo do texto. O primeiro parágrafo termina com um enunciado categórico e avaliativo em relação ao dito anteriormente: “a mensagem foi inequívoca: a esquerda dançou”. A mensagem diz respeito à carta enviada pelo escritor José Saramago que, segundo o jornalista, “tinha endereço certo” (10º. parágrafo): “a classe política ali presente” (8º. parágrafo). O jornalista retoma as falas do escritor, um argumento de autoridade, incorpora-as ao seu discurso, para instaurar um outro nível de leitura, no qual a esquerda (os políticos do PT) é ridicularizada.

Nessa perspectiva, temos um enunciador que se dirige ao leitor com quem estabelece a cumplicidade para a percepção da possibilidade de ler o texto de outra maneira. Nesta, configura-se um alvo para a ironia: a esquerda (os políticos), o próprio FSM.

É interessante observar como a ambigüidade perpassa todo o texto. Não se trata de escolher entre uma leitura ou outra. O texto constrói as duas e vai de um plano a outro, em uma “brincadeira” que remete à própria avaliação do jornalista sobre o fato. Esse deslizamento de sentidos, ora dançar literalmente, ora com acréscimo de sentido, aparece em passagens do texto. Depois de afirmar “a esquerda dançou”

retoma o enunciado categórico desviando o que indicara: “ao som da ciranda de roda(...)”. Os participantes são apresentados/caracterizados de forma irônica, ridicularizados: “o prefeito Tarso Genro rodopiou, o sisudo governador Olívio Dutra bailou desajeitadamente, Francisco Whitaker engajou-se (a escolha da palavra não é gratuita) com Anima Taorê num ir e vir carnavalesco”. Em oposição, os que não “dançaram”, caso dos índios, são caracterizados como “reverentes e reflexivos” (final do 4º. parágrafo).

A impossibilidade de desambigüizar o texto, o fato de este ir do literal, comprovado pela foto, ao irônico (a crítica à esquerda), permite resguardar, em parte, a posição do enunciador jornalista. Isso porque o lugar que ocupa, não é um articulista, não dá a ele “oficialmente” abertura para interpretar os fatos. Deve apenas relatá-los, colar seu dizer a eles, ser imparcial. Como vimos, não é isso que acontece. Instaurando o outro/leitor como co-produtor da significação irônica, objetiva-se a convivência, a formação de consenso: a esquerda, movimentos como o FSM, não deve ser levada a sério, não tem sustentação e credibilidade.

Em “Dirceu defende taxa social sobre o capital”⁵, o alvo não é mais o FSM, mas o principal ministro do governo Lula, o próprio governo.

O título não apresenta elementos que sinalizem para o leitor que o texto vai seguir uma possível direção opinativa. Ao contrário, aponta para um relato “distante” dos fatos: o jornalista traz a fala do ministro, que vai ao encontro do que se espera deste (taxar o capital financeiro internacional). A avaliação da fala/figura do político é, na leitura do título, positiva: o verbo defende, além de introduzir um ato de fala, avalia este discurso, atribuindo a ele um valor (ver Marcuschi, 1993). No primeiro parágrafo aparece o lide, que retoma o título, apresentando o assunto que, parece, será abordado. A leitura de todo o texto mostra que, na verdade, o assunto é outro. Não se trata de relatar o pronunciamento do ministro e como este agirá para viabilizar o que defende, mas de contrapor falas suas (não a que aparece no título), sua própria figura, a de outros integrantes do FSM. O discurso citado, que aparece no título, retomado no lide, desaparece.

Surge um outro tema para o texto – não se trata mais de trazer uma fala positiva do político, mas de apresentá-lo debatendo com outros que partilham (partilharam) suas idéias. O enunciador jornalista tem o cuidado de apresentar a cena na qual ocorre a “ mesa de diálogo e controvérsia” como se a tivesse apenas observado, em um trabalho que objetiva simular que não tem posição, que é neutro. Assim, o texto é quase todo em discurso relatado. Como ressalta Mariani

No campo do jornalístico, o discurso relatado passa a ser mais usado sobretudo a partir das décadas de 40/50, época em que as matérias assinadas e não-assinadas começam cada vez mais a utilizar uma

⁵ Ver anexo 2.

‘gramática da impessoalidade’, mesclando uma perspectiva enunciativa impessoal (de L) com a explicitação de outras enunciações (produzidas por L), na tentativa de levar a uma demarcação das fronteiras entre ditos diferentes e, deste modo, produzindo um apagamento do locutor-jornalista, reforçar a idéia de que tanto os fatos quanto os sujeitos falam por si. As falas autonomamente reproduzidas sinalizariam, deste ponto de vista, as origens do dizer ou fontes de sentidos sobre os quais o jornal não tem controle ou responsabilidade (1998, p.189).

Além dos verbos introdutórios de opinião, que sinalizam uma avaliação do jornalista sobre as enunciações (“a parlamentar argentina defendeu a suspensão do pagamento da dívida externa” x “ não é viável nem politicamente, contra-argumentou Dirceu”), há outras pistas que indiciam que um outro texto está implicado, que outra leitura além da referencial pode ser feita. Enquanto o ministro aparece “ bastante aplaudido pelas cerca de 1.500 pessoas” (em uma aparente valorização de sua figura), o momento em que se defendeu a suspensão do pagamento da dívida foi “um dos momentos mais aplaudidos da discussão”. O ministro afirma que seria inviável a suspensão “a uma platéia silenciosa”.

Os indícios no plano verbal, quando articulados com o plano visual, isto é, lidos em conjunto, dão lugar à significação irônica, uma leitura contrária a que o título indicara. Se o leitor olhar a foto que ilustra a matéria mais detidamente (talvez em um segundo momento) poderá observar a expressão facial do ministro (de firmeza? desafio?) e a disposição dos dedos de sua mão esquerda, que sugere um gesto obscuro, de alguém que estaria agredindo seus ouvintes. A escolha dessa foto em particular, que não favorece a figura do ministro, não é gratuita. Perceber esse gesto, juntamente com os indícios apontados no texto, permite recuperar um outro texto, a saber, uma crítica ao ministro, o alvo da ironia: o ministro não defende mais o que defendia, não mais “fala duro” (agride?) com o império americano, mas com os (=“companheiros”) que não entendem essa mudança de posição. A crítica, a argumentação indireta, pode ou não ser recuperada pelo leitor, não é de responsabilidade do jornalista, como dissemos. No entanto, o objetivo é a convivência, a formação de consenso:

Mais que qualquer outro, o discurso irônico convoca seu enunciatário, exige dele uma construção interpretativa complexa, sobre a base de uma confiança postulada por E1 (enunciador irônico). O acordo realiza então, à maneira de um ‘entendimento secreto’ – de uma convivência – a solidariedade implícita dos sujeitos. É assim que, paralelamente à exclusão (de E2, vítima), a ironia visa a constituição de um consenso semântico e, a partir daí, de uma comunidade enunciativa (Bertrand, 1988, apud Brait, p.110).

Uma leitura mais atenta do texto, levando em conta o conjunto verbal/visual, mostra que este não apenas relata os acontecimentos de forma distante/neutra, mas os apresenta de forma ambígua. Se uma

leitura primeira permite construir sentidos positivos sobre a figura do ministro, outra, a que a da enunciação implica , instaura a crítica, a ironia, o sarcasmo.

3. Considerações finais

Procuramos discutir a problemática da divisão textos opinativos x textos opinativos a partir de ocorrências de discurso irônico nas páginas de um jornal de referência. Vimos que, como “fenômeno sutil” que é, a ironia, para se configurar, precisa que o outro-leitor perceba uma contradição, a possibilidade de uma dupla leitura. Não há como falar de ironia, então, sem falar de um leitor intérprete, de um texto opaco, de uma língua que dá lugar à ambigüidade.

Se se trata de texto opinativo, lugar em que o jornalista tem mais liberdade, aparecem sinais mais explícitos para ajudar a recuperar o sentido irônico pretendido. No caso das primeiras páginas, ou às reservadas a notícias, os sinais são mais sutis. A especificidade do plano de expressão do jornal, o fato de poder interpenetrar o verbal e visual formando um todo, permite construir seqüências que veiculam sentido irônico. Essa forma de construir a ironia, o leitor só a percebe se ler os enunciados em conjunto, possibilita resguardar a imagem de um discurso neutro, desprovido de marcas de subjetividade. Imagem que não resiste a uma leitura mais atenta dos textos que ocupam as páginas de jornal – sejam elas reservadas à opinião ou a notícias. Dessa forma, o efeito de sentido irônico desmente a categorização proposta nos manuais.

Referências Bibliográficas

- BRAIT, B. (1996). Ironia em perspectiva polifônica. Campinas, ed. da Unicamp.
- DUCROT, O. (1987). O dizer e o dito. Campinas, Pontes.
- ECO, U. (1979). Lector in fabula. Lisboa, Editorial Presença.
- MAINGUENEAU, D. (1993). Novas tendências em análise do discurso. Campinas, Pontes.
- _____. (2001). Análise de textos de comunicação. São Paulo, Cortez.
- MELO, S. H. D. (2000). Estilo e neutralidade no texto noticioso jornalístico. Dissertação (mestrado em lingüística). UFPE.
- MARIANI, B. (1998). O PCB e a imprensa. Rio de Janeiro, ed. Revan.
- MARCUSCHI, L. A. (1993) Da fala para a escrita. Recife (mimeo).
- PÊCHEUX, M. (1997). O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, Pontes.